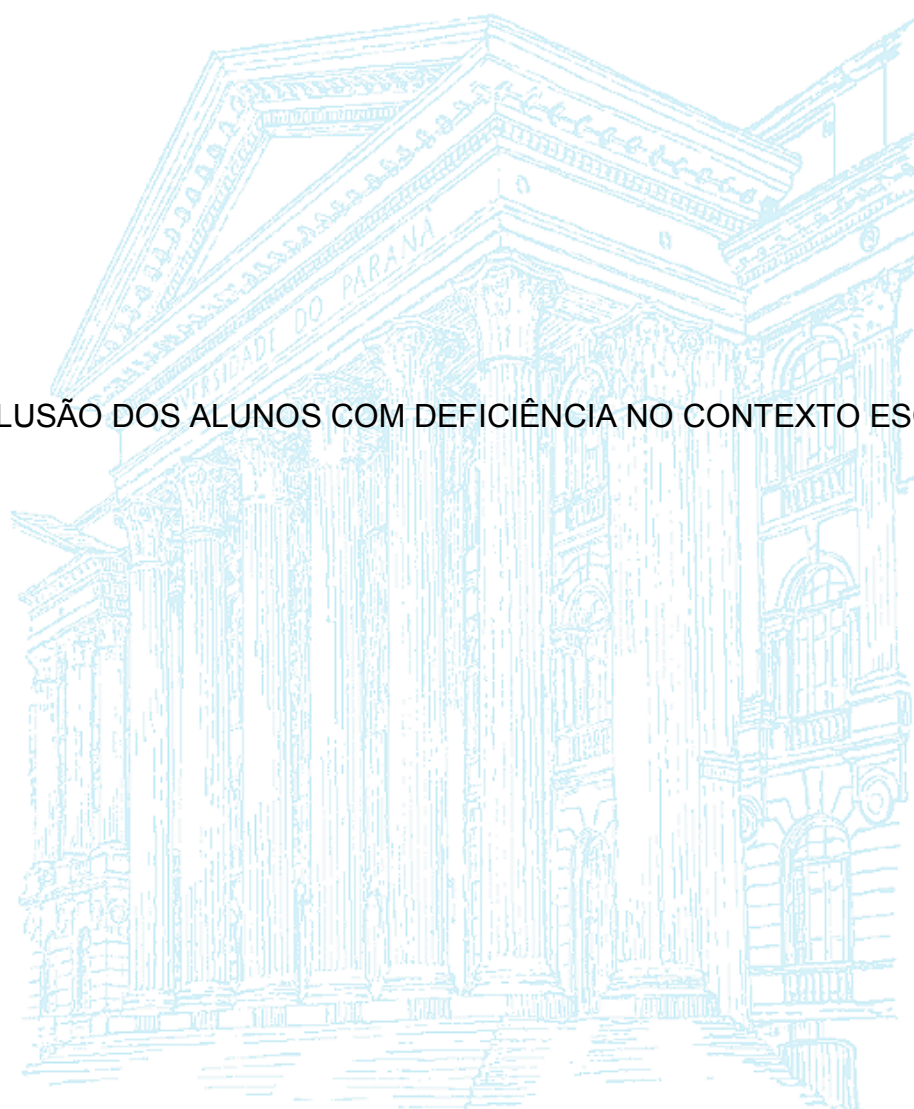


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSETI SCHLINDWEIN

A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR



ITAJAÍ  
2016

ROSETI SCHLINDWEIN

A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientadora: Profa Me. Tainá Ribas Mélo

ITAJAÍ  
2016

# A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Roseti Schlindwein<sup>1</sup>; Tainá Ribas Mélo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Supervisora Escolar da Prefeitura Municipal de Itajaí, Pedagoga com Habilitação em Supervisão Escolar pela Universidade do Vale do Itajaí. E-mail: [rosetisup@gmail.com](mailto:rosetisup@gmail.com)

<sup>2</sup>Fisioterapeuta da Prefeitura Municipal de Paranaguá, Doutoranda em Atividade Física e Saúde pela UFPR; Docente e tutora do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola/UFPR. E-mail: [ribasmelo@gmail.com](mailto:ribasmelo@gmail.com)

## Resumo:

O presente artigo tem como problemática de investigação verificar se uma determinada escola inserida no município de Itajaí realiza a inclusão dos/as alunos/as com deficiência no contexto dos primeiros anos do ensino fundamental. O objetivo é investigar o processo de inclusão partindo das questões relativas à acessibilidade oferecida aos/as alunos/as com deficiência bem como o processo de ensino aprendizagem a que fazem parte. A metodologia do estudo é de caráter quali- quantitativo sendo a investigação realizada através de observações das atividades escolares e da aplicação de questionário às professoras e agentes de apoio em educação especial. O trabalho teve apoio de autores como Mantoan (1997), Manzini (2004), a Lei de Diretrizes e Bases (1996), os marcos político- legais da Educação Especial (2010) entre outros. A partir destes estudos e o resultado da pesquisa pode-se concluir que no contexto da escola pesquisada a inclusão dos alunos/as com deficiência é uma meta a ser alcançada principalmente no que diz respeito à acessibilidade no entorno e no ambiente escolar, nas práticas pedagógicas adotadas pelos docentes e nas atividades dirigidas em espaços de uso comum. Para isso propostas de ações serão sugeridas partindo dos momentos de formação continuada, à sistematização, implementação e adaptação dos recursos pedagógicos no contexto educacional bem como a parceria com professores/as e agentes de apoio em educação especial na busca de um sistema educacional inclusivo.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Alunos/as com deficiência; Educação Inclusiva; Prática pedagógica.

## Abstract:

This article has a to research problems check whether a particular school placed in the city of Itajaí performs the inclusion of the students the disabled in the context of the early years of elementary school. The aim is to investigate the inclusion process starting from the issues of accessibility offered to the students the disabled as well with the teaching and learning process to which they belong. The study methodology is quantitative quality character and the investigation through observation of school activities and a questionnaire to teachers and support staff in special education. The work was supported by authors such as Mantoan (1997), Manzini (2004), the Law of Guidelines and Bases (1996), the political and legal frameworks of Special Education (2010) among others. From these studies and the results of research can be concluded that the school context researched the inclusion of students the disabled

is a goal to be achieved mainly with regard to accessibility in the environment and in the school environment, in pedagogical practices adopted by teachers and activities directed at spaces for common use. For this action proposals are suggested starting from the times of continuing education, the systematization, implementation and adaptation of educational resources in the educational context as well as the partnership with teachers the special education and in support of agents in the search for an inclusive education system.

**Key Words:** Accessibility; Students with disabilities; Inclusive education; teaching practice

## INTRODUÇÃO

Falar sobre as Pessoas com Deficiência (PcD) é entrar num campo em que os olhares devam estar voltados para as questões da Inclusão. Em nove de julho de 2008, o Senado Federal, por meio do Decreto Legislativo nº 186, tornou a Convenção sobre os Direitos das PcD e seu Protocolo Facultativo referência essencial para o País, que deseja diminuir as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços. O artigo 24 desta Convenção deixa claro que todas as pessoas com deficiência têm direito à educação, acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Os resultados do Censo Demográfico 2010 segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram mais de 45 milhões de brasileiros (23,9% da população) que declararam ter pelo menos um tipo de deficiência: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Um número bastante expressivo e que remete à necessidade emergencial de estudos longitudinais e críticos sobre as PcD e suas relações sociais em diferentes contextos.

E como definir deficiência? Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/ NBR 9050, 1994), deficiência é a redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. Para a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é considerada “pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física,

mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008, p. 9).

Desta maneira fazendo parte do contexto escolar como supervisora escolar e exercendo na prática diária o acompanhamento do trabalho pedagógico das professoras e agentes de apoio em educação especial algumas considerações diante do trabalho desenvolvido nesta escola com relação aos/as alunos (as) com deficiência e o processo de inclusão presente no espaço escolar vêm à tona: Qual a dinâmica de inclusão adotada em sala de aula? E fora dela? Existe acessibilidade na escola? As aulas elaboradas estão envolvendo todos os alunos e as alunas? Quais os maiores desafios na sala de aula onde há a presença de alunos/as com deficiência? Existe apoio às professoras com relação a prática pedagógica e a educação inclusiva?

Para Costa, (2012, p. 88-89)

“a implementação das políticas públicas de educação e formação de professores vem desencadeando o processo de acesso dos alunos com deficiência ao currículo escolar e às classes comuns nas escolas públicas, por intermédio de práticas pedagógicas que considerem suas diferenças de aprendizagem, revelando a urgência por educação democrática, capaz de se constituir como alternativa à superação da diferença de aprendizagem como obstáculo ao acesso e permanência na escola pública e, assim, pensar nas possibilidades de afirmação de uma sociedade justa e humana.”

Um ensino de qualidade que dá conta das diferenças tem, por detrás de sua organização, uma infraestrutura física e operacional compatível com um ambiente educativo inclusivo cujas condições garantam o acesso e a participação autônoma de todos às suas dependências e atividades de formação.

Para Silva (2008) no âmbito escolar, cada criança quer em situação de deficiência, quer considerado como tendo necessidades educativas especiais, pertencendo à comunidade em que reside, tem o direito de frequentar a escola ou as escolas do ensino regular que serve(m) essa comunidade, cabendo a esta(s) organizar-se para encontrarem a melhor resposta educativa, isto é, a(s) mais adequada(s), de acordo com as potencialidades que esse aluno ou aluna apresenta.

A escola diante destas proposições deve traçar seus caminhos e segundo Díez (2010) a educação inclusiva constitui um processo inacabado que desafia a qualquer situação de exclusão, procurando mecanismos para eliminar as barreiras que obstaculizam uma educação para todos.

Para Mantoan (2004, p.80)

“a inclusão é uma possibilidade que se abre para o Aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência depende, contudo de uma disponibilidade interna para se enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral.

Ao considerar o atual panorama de mudanças e olhares voltados às PcD e suas necessidades, no ambiente escolar a questão da inclusão torna-se um grande desafio. Assim o presente estudo teve como objetivo geral verificar a questão da inclusão dos alunos com deficiência numa escola de ensino público fundamental de Itajaí. Além disso, teve intuito de averiguar questões diretamente relacionadas à inclusão: acessibilidade, práticas pedagógicas e atividades dirigidas.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo tem diante de si uma escola inserida no município de Itajaí que atende um total de 180 alunos (as) sendo destes, três (3) do gênero feminino e sete (7) do gênero masculino com deficiências que vão do Transtorno do Espectro Autismo, Deficiência Intelectual, Baixa Visão, Paralisia Cerebral à Síndrome de Hoffmann. Estes dados são diagnosticados conforme laudo médico exigido pela escola no ato da matrícula.

Neste sentido a pesquisa trata de um estudo quali-quantitativo que investigou a inclusão de cinco (5) alunos com deficiências no contexto escolar com relação à acessibilidade, as práticas pedagógicas e as atividades dirigidas.

A pesquisa realizou-se nos meses de setembro a novembro de 2015 onde foram acompanhadas e entrevistadas cinco professoras dos anos iniciais do ensino fundamental e três agentes de apoio em educação especial, todas envolvidas com a prática pedagógica, atividades dirigidas e questões de acessibilidade, que aceitaram participar do estudo e do qual foram utilizados alguns critérios para a seleção como: 1) estar atuando em sala de aula do ensino regular fundamental nos primeiros anos

do ensino fundamental, como professora e /ou agente de apoio em educação especial; 2) dispor-se a participar da pesquisa assinando termo de consentimento esclarecido.

O questionário teve como objeto de pesquisa cinco alunos com deficiência da referida escola: dois alunos do 1º ano, um do 2º ano e dois do 3º ano.

A pesquisa foi desenvolvida seguindo as seguintes etapas:

- a) Levantamento de informações sobre os cinco alunos com deficiência no sentido de auxiliar na discussão dos dados tendo como referência os laudos médicos, fichas de entrevistas com os pais e pareceres avaliativos das professoras;
- b) Observações feitas pela pesquisadora em sala de aula e no espaço escolar quanto ao atendimento do aluno com deficiência;
- c) Organização de um questionário pela pesquisadora, utilizando como base o Manual de Acessibilidade para escolas do Ministério da Educação e as próprias observações do cotidiano escolar, para ser aplicado com as professoras e agentes de apoio em educação especial.
- d) Coleta de dados e consolidados das respostas relativas à acessibilidade, práticas pedagógicas e atividades dirigidas no contexto escolar.
- e) Conclusões;
- f) Proposições.

Os dados foram organizados com informações descritivas sobre os entrevistados os quais foram referenciados por códigos. O questionário foi elaborado em categorias de análise que seguem: a) acessibilidade; b) práticas pedagógicas c) atividades dirigidas.

Os dados qualitativos foram trabalhados com base nas respostas das entrevistadas, explorando suas ideias, opiniões e preocupações sobre as categorias acima já citadas, buscando entender a dinâmica da inclusão dos alunos com deficiência no contexto escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cada reflexão envolvendo aspectos relacionados à inclusão dos alunos e alunas com deficiência no ensino regular percebem-se duas vertentes: uma delas é o crescimento do número de matrículas na modalidade de ensino regular e outra são as barreiras que ainda impedem as escolas de se tornarem verdadeiramente inclusivas.

Neste mesmo percurso a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 estabelece a inclusão da pessoa com deficiência e no seu Artigo 28 (caput II) incumbe ao poder público o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições e acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

Pode-se perceber que, na mesma direção do cenário nacional e pautado nas políticas de inclusão (BRASIL, 1999, BRASIL, 2008) encontra-se Itajaí e a referida escola apresentando casos diversos de PcD e por isso necessário questionamento a respeito da inclusão na visão das professoras e agentes de apoio em educação especial. Esses questionamentos são pertinentes ao contexto escolar e por isso as tabelas abaixo ilustram o universo da pesquisa.

A Tabela 1 apresenta informações sobre o público pesquisado.

**Tabela 1 – Identificação dos alunos com deficiência inseridos na sala de aula do ensino regular.**

Alunos	Idade	Gênero	Diagnóstico/comprometimento
Alunos de P1 e Ag1			
A1 (1º ano)	06	M	Capacidade intelectual típica, comprometimento das funções motoras, cadeirante-Síndrome de Werdnig-Hoffmann
A 2 (1º ano)	06	M	Atraso no desenvolvimento pedagógico e na fala - Transtorno Espectro do Autismo com Deficiência Intelectual
Alunos de P2 e Ag2			
A 3 (2º ano)	08	M	Atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, distúrbio de aprendizagem - Deficiência Intelectual Moderada
Alunos de P3 e Ag3			
A 4 (3º ano)	09	M	Transtorno Espectro do Autismo
A 5 (3º ano)	09	M	Dependente dos processos superiores intelectuais (independência, autonomia e formação de conceitos) e AVDs (atividades de vida diária). Cadeirante e (não tem controle dos esfíncteres) - Paralisia Cerebral Espástica

**A - Aluno; P- Professora; Ag- Agente de Apoio em Educação Especial**

Fonte: Elaboração própria das autoras deste documento a partir de estudos de Monteiro e Manzini (2008).



A tabela acima faz referência ao público pesquisado, idade, gênero e tipo de diagnóstico, conforme laudo médico presente nos documentos da escola. Estes alunos fazem parte do contexto escolar e por isso o foco da pesquisa. Percebe-se a diversidade de deficiências e cada uma delas diferentes nas suas especificidades.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1999) o aluno com deficiência é aquele que “... por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias específicas”.

A Tabela 2 apresenta informações sobre os participantes da pesquisa:

**Tabela 2 – Identificação dos participantes**

Participantes	Idade	Série de atuação	Tempo no Magistério	Efetiva/ Contratada
P1	45 anos	1º ano	23 anos	Efetiva
P2	45 anos	2º ano	20 anos	Contratada
P3	36 anos	3º ano	02 anos	Contratada
P4	32 anos	Todas	13 anos	Efetiva
P5	39 anos	Todas	19 anos	Efetiva
Ag1	23 anos	1º ano	04 anos	Efetiva
Ag2	41 anos	2º ano	05 anos	Efetiva
Ag3	30 anos	3º ano	2 anos	Efetiva/cedida

**P= Professora; Ag= Agente de apoio em Educação Especial**

Fonte: Elaboração própria das autoras deste documento a partir de estudos de Monteiro e Manzini (2008).

As participantes foram no total de cinco professoras (3 efetivas e 2 contratadas) e 3 agentes de apoio em educação especial (2 efetivas e 1 cedida) com idade entre 23 a 45 anos e cujo tempo de magistério corresponde de 02 a 23 anos. Percebe-se no quadro a prevalência da estabilidade funcional, pois com exceção de duas professoras o quadro é efetivo contribuindo para que não aconteça a troca constante de professoras a cada ano. O tempo de experiência no Magistério entre as professoras é de mais de dez anos. A Ag3 no decorrer da pesquisa assumiu a vaga em aberto no atendimento ao aluno A5, porém teve que retornar a sua escola de origem, ficando o aluno sem acompanhamento da agente de apoio em educação especial e aos cuidados, então, de uma funcionária da unidade escolar para auxílio nas suas AVDs.

A descontinuidade deste atendimento reflete uma despreocupação do poder público municipal para com a política da inclusão ferindo a instrução normativa nº 03

de 22 de setembro de 2014 que garante aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Itajaí que apresentem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos psicóticos a concessão de uma agente de apoio em educação especial.

Para uma melhor discussão buscou-se a definição de algumas deficiências de acordo com o Ministério da Educação (2006):

### **Deficiência Física**

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2006) a deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o Sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. O aluno A1 e A5 sendo cadeirantes necessitam de um ambiente adaptado às suas necessidades principalmente no que diz respeito à acessibilidade. Com base nos estudos de Machado (2010) à eles o ensino da comunicação alternativa; os recursos de acesso ao computador: ponteira de cabeça, acionadores; a adequação e confecção de material pedagógico: engrossadores de lápis, plano inclinado, tesouras adaptadas; o mobiliário adequado: mesas, cadeiras, quadro, bebedouro; a aquisição de materiais: quadro magnético com letras imantadas, material concreto; os recursos de auxílio da vida autônoma; os recursos de auxílio de mobilidade: cadeira de rodas, andadores, entre outros.

De acordo com Costa e Oliveira (2006) muitas crianças com deficiência física têm capacidade cognitiva semelhante à de colegas e podem realizar as atividades com bom desempenho, desde que as limitações físicas sejam contornadas. A grande limitação é o deslocamento na escola, pois há dificuldades ou barreiras em relação às edificações. Em depoimento à pesquisadora a P1 relatou que o A1 “está tendo um desempenho surpreendente na leitura e com relação às demais disciplinas também. Foi emocionante sua leitura no dia da homenagem cívica. Sua dificuldade é exclusivamente motora”.

Apesar da falta de mobilidade física o A1 com relação à capacidade cognitiva supera as expectativas nos quesitos leitura e escrita.

### **Deficiência Intelectual**

Pode ser compreendida como uma grande Síndrome, isto é, um conjunto de sinais e sintomas com múltiplas etiologias tanto de natureza genética quanto ambiental do ponto de vista clínico.

De acordo com observações feitas em sala pela pesquisadora e tendo acesso a relatórios avaliativos dos alunos A2 e A3 pode-se perceber pequenos avanços no processo de leitura e escrita destes alunos, como a escrita de seu primeiro nome. O aluno A5 não tem domínio da leitura nem da escrita.

Para o DI há necessidade de uma comunicação mais diretiva, dada a limitação do vocabulário e as dificuldades de linguagem expressiva e receptiva que podem apresentar. O desenvolvimento de processos mentais/exercício da atividade cognitiva; a aprendizagem que possibilita passar de regulações automáticas para regulações ativas; a possibilidade de sair de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber são algumas possibilidades de criação e que não se esgotam em si mesmas segundo Machado (2010).

De acordo com o segundo relatório trimestral feito pela P3, com relação ao desenvolvimento cognitivo/psicomotor o aluno A5 “vem sendo trabalhado através de jogos de encaixe, massinha, colagem e pintura. Ele apresenta muitas limitações relacionadas à sua deficiência, porém tem recebido atenção da agente de apoio em educação especial, contratada após o recesso escolar”.

### **Deficiências Múltiplas**

O conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, intelectual, emocional ou de comportamento social. No entanto, não é o somatório dessas alterações que caracterizam a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas. (BRASIL, 2006b).

Para o aluno A5 com deficiência motora e intelectual é necessário ter muitos cuidados de ordem física (alimentação, locomoção, higiene- troca de fraldas e

escovação) de ordem cognitiva (apoio nas atividades mais simples como pegar o giz de cera, a massinha, o livro infantil). Numa conversa com a professora P3 ela comentou que “não sabe como trabalhar os conteúdos com ele, pois ele não responde aos conteúdos e habilidades próprias do currículo da turma”.

Para o A4 diagnosticado com Transtorno Espectro do Autismo é importante o estabelecimento de uma rotina e para garantir o acesso ao currículo à importância de adaptações de materiais.

Para verificar se realmente a escola pesquisada realiza a inclusão de alunos com deficiência foi aplicado o questionário abaixo. Os percentuais relacionados a cada pergunta estão de acordo com o número de respostas das entrevistadas.

**Tabela 3 – Acessibilidade no entorno e no ambiente escolar.**

ACESSIBILIDADE	SIM	NÃO
1. Existe rampa de acesso a todas as salas e ambientes da escola para alunos em cadeira de rodas?	25%	75%
2. Existem calçadas nas ruas para auxiliar o transporte de alunos em cadeira de rodas.	-	100%
3. A carteira em termos de largura, altura e formato permite a aproximação e uso dos alunos em cadeira de rodas?	25%	75%
4. O quadro possui altura que permite seu alcance por crianças em cadeira de rodas?	-	100%
5. Há pelo menos uma mesa comunitária sem obstáculos, com pés e bancos fixos, que permite a aproximação de uma criança em cadeira de rodas?	37,5%	62,5%
6. O trocador é adequado para o tamanho e altura das crianças?	50%	50%
7. O piso do corredor é antiderrapante, regular e em boas condições?	25%	75%
8. O bebedouro possui altura livre para a aproximação de uma cadeira de rodas?	-	100%

Fonte: Elaboração própria das autoras deste documento a partir do Manual de Acessibilidade Espacial para escolas do Ministério da Educação- 2009.

Na análise das respostas com relação à acessibilidade pode-se perceber que para a grande maioria, na escola não existe acessibilidade adequada. Há de se destacar os itens 2, 4 e 8 que diz respeito a calçadas, altura do quadro e bebedouro para alunos cadeirantes, no sentido de uma atenção especial para que se possam realizar as devidas adequações junto aos órgãos competentes.

Segundo Manzini (2004), o decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, traz a seguinte definição de acessibilidade:

[...] condição para utilização, com segurança, total ou assistiva, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das

edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para Quaresma (2002) os principais problemas das instituições de ensino são: falta de acesso, circulação e adaptações nos sanitários, e que estes obstáculos arquitetônicos interferem diretamente na qualidade de vida dos alunos com deficiência.

Estudos têm mostrado que as principais barreiras relacionadas à escola seriam as concernentes às edificações e a utilização dos equipamentos escolares e aquelas referentes à comunicação e informação. Manzini (2008) afirma que é necessário ofertar às escolas as condições de acessibilidade em edificações, meios de comunicação e informação e recursos didáticos.

Para o cumprimento dessas demandas a Resolução n.º 27, de 02 de junho de 2011, no qual dispõe sobre a destinação de recursos financeiros às escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal do Ensino Básico, que de antemão foram contemplados com salas de recursos multifuncionais no ano de 2009 e que se integrariam ao “Programa Escola Acessível” em 2011, dá respaldo para os alunos da educação especial, que estejam matriculados em classes comuns do ensino regular, ter o direito a acessibilidade em áreas comuns da escola, cadeiras de rodas, mobiliário e bebedouros acessíveis e tecnologia assistiva, para seu pleno desenvolvimento educacional.

Todas estas ações implementadas tem o intuito de diminuir as barreiras para a prática de uma educação inclusiva. É preciso que o atendimento aos alunos e alunas seja de qualidade principalmente na questão da acessibilidade.

Outra categoria a ser discutida e de fundamental importância são as práticas pedagógicas envolvendo os alunos com deficiência. Para Adiron (2010) o professor precisa criar estratégias pedagógicas para que cada um consiga aprender o que ele quer ensinar. A escola tem que ser de qualidade para todos os alunos, sem distinção.

**Tabela 4 – Práticas Pedagógicas**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	SIM	NÃO
9. No seu planejamento você contempla atividades específicas ao aluno (a) com deficiência?	50%	50%
10. Você registra essas atividades no caderno de planejamento?	50%	50%
11. Você adapta as atividades de sala para os/as alun@s com deficiência?	75%	25%
12. Você tem objetivos claros para desenvolver as habilidades desse educando?	62,5%	37,5%
13. Percebe evolução no processo de ensino aprendizagem?	75%	25%
14. Você acredita no potencial do seu aluno?	100%	-
15. Tem apoio da escola em suas ações?	100%	-
16. Você procura estar informado sobre a inclusão?	100%	-

Fonte: Elaboração própria das autoras deste documento a partir de observações do cotidiano escolar.

A pesquisa neste aspecto mostra que das entrevistadas 75% declararam realizar práticas pedagógicas envolvendo os alunos com deficiência levando em conta suas condições físicas e cognitivas, potencialidades e individualidades.

Quanto ao planejamento de atividades que contemplem as especificidades dos alunos e o registro dessas atividades no caderno de plano (para posterior registro da avaliação dos seus progressos) 50% responderam que planejam e registram e 50% que não o fazem, levando a conclusão que se faz necessário investir na formação deste profissional tendo apoio de especialistas da área e até os próprios profissionais da escola que tenham conhecimento para isso.

No que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades desse educando o grupo pesquisado ficou dividido entre ter objetivos claros (62,5%) e não ter clareza (37,5%) no que se refere a realização de atividades que estimulem as capacidades de cada um, gerando dúvidas sobre a prática inclusiva.

Mesmo com os avanços nas políticas públicas em benefício de uma escola inclusiva, Mantoan (2004) afirma que a escola tem resistido a mudanças que envolvem o estar com o outro, porque as situações que promovem esse desafio e mobilizam os educadores a mudar suas práticas e a entender as novas possibilidades educativas trazidas pela inclusão estão sendo constantemente neutralizadas por políticas educacionais, diretrizes, currículos, programas compensatórios.

Para Pontes (2008) é necessária uma qualificação dos profissionais, bem como a inserção nos currículos dos cursos de magistério e de pedagogia de uma disciplina que aborde as diferenças em sala de aula. A preocupação do professor deve ser de vislumbrar as dificuldades dos alunos (quaisquer que sejam eles) e não as suas deficiências, pois os alunos não precisam de diagnóstico. É preciso que se aborde, nos cursos de capacitação ou de aperfeiçoamento, uma mudança de postura frente às diferenças, mostrando que todos são partes integrantes do sistema educacional.

Segundo dados estatísticos dos 2,3 milhões de professores brasileiros apenas 55 mil se dedicam à Educação Especial (2,4%), 77,8% com formação específica na área e 47% lotados em escolas regulares (53% em escolas especiais). Esse panorama salienta a necessidade de um sistema educacional com alternativas que atendam os diversos graus de necessidades dos alunos.

Na pesquisa todas as entrevistadas acreditam no potencial do aluno procurando estar informadas sobre a inclusão tendo o apoio da escola em suas ações. Este é um dado importante de ser mantido, porém necessária maior investigação.

**Tabela 5 – Atividades dirigidas**

ATIVIDADES DIRIGIDAS	SIM	NÃO
17. São desenvolvidas atividades no recreio que incluam os alunos com deficiência?	37,5 %	62,5%
18. Existem brinquedos no parque que possam ser utilizados pelos alunos com deficiência?	25%	75%
19. No ambiente da biblioteca os livros podem ser alcançados por crianças menores ou de cadeira de rodas.	100%	-
20. Na sala de informática tod@s os alunos com alguma deficiência participam das mesmas atividades?	50%	50%
21. Na quadra esportiva alunos com deficiência participam das mesmas atividades do grupo?	50%	50%

Fonte: Elaboração própria das autoras deste documento a partir de observações do cotidiano escolar.

Com relação às atividades dirigidas realizadas fora do contexto da sala regular mais da metade das entrevistadas declararam acreditar que a biblioteca é um espaço inclusivo de acesso a todos. Em contrapartida a metade das entrevistadas considera a sala de informática e a quadra esportiva pouco inclusiva nas atividades aos alunos com deficiência concluindo-se que se faz necessário observar com mais atenção as relações nestes espaços.

Após todas as reflexões referentes à inclusão dos alunos com deficiência no contexto escolar de uma escola no município de Itajaí é importante voltarmos ao questionamento inicial: A escola está sendo um espaço de inclusão? Para as autoras e pesquisadora a escola para ser um espaço de inclusão se faz necessário que todos os envolvidos com o projeto pedagógico revejam seus papéis e atualizem seus conhecimentos e práticas, de modo que possam valorizar as diferenças sem desconhecer os direitos de todos os alunos à educação de qualidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular continua sendo uma temática bastante discutida no contexto educacional atual. Pode-se perceber neste estudo que a escola não realiza a inclusão dos alunos com deficiência na sua totalidade, permitindo de certa forma, a formulação de uma proposta que reavalie a maneira que a inclusão dos alunos com deficiência é pensada e realizada, utilizando como foco questões relacionadas à acessibilidade, a prática pedagógica desenvolvida junto aos alunos com alguma deficiência e os demais ambientes a que se tem acesso.

É possível e viável através de momentos de formação continuada na escola discutir a inclusão como garantia dos direitos dos alunos e alunas permitindo que cresçam, desenvolvam e participem das relações pedagógicas e sociais na escola e na sociedade. O acompanhamento do planejamento e registro com mais cautela sugerindo e elaborando em parceria com professores/as e agentes de apoio em educação especial novas maneiras de planejar e registrar o desenvolvimento e acompanhamento dos alunos com deficiência. A incorporação no Projeto Político Pedagógico com base em normas e leis, aspectos relativos à acessibilidade, as práticas pedagógicas e a outros ambientes de aprendizagem para que a inclusão desses alunos no contexto escolar seja de qualidade. A parceria da professora da sala Multifuncional no trabalho com as professoras regentes e agentes de apoio em educação especial na implementação e adaptação dos recursos pedagógicos no contexto educacional. A análise dos resultados da pesquisa relacionando às práticas pedagógicas excludentes e buscando propostas de inclusão através da adaptação



de recursos pedagógicos e do ambiente. E finalmente o trabalho conjunto de toda a equipe escolar no intuito de transformar a escola em um espaço de inclusão e respeito às diferenças.

Todos estes desafios são pertinentes a uma inclusão onde o objetivo principal é aceitar o outro como ele é, um ser humano comum, mas com especificidades que devem ser respeitadas. Cabe à escola compreender que todos os alunos têm ritmos de aprendizado diferentes. A escola tem que ser de qualidade para todos os alunos e alunas, sem distinção.

Sugestivamente, outras pesquisas envolvendo pais e mães de alunos e alunas com deficiência faz-se necessário desenvolver no intuito de verificar o que eles /elas entendem e esperam de uma escola inclusiva.

## **AGRADECIMENTOS**

À DEUS por me dar força e perseverança nos estudos;

À Universidade Federal do Paraná que deu oportunidade para a realização deste Curso em Gênero e Diversidade, bem como todo seu corpo docente;

Ao meu marido que me apoiou nestes longos meses de estudo e aos meus filhos pela paciência;

Às inesquecíveis crianças que foram motivo deste estudo e as professoras e agentes de apoio em educação especial que auxiliaram na realização da coleta de dados;

À Tainá minha tutora, pela sua parceria virtual e eficientes orientações.

## **REFERÊNCIAS**

ANJOS, H. P. dos; ANDRADE, E.P. de; PEREIRA, M.R. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso.** Revista Brasileira de Educação. V. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

BOSCHI, S.R.M.S.da; **Acessibilidade de Crianças Portadoras de Necessidades Especiais em escolas.** Cap. 16, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** MEC, Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Manual de acessibilidade espacial para escola – O direito à escola acessível.** MEC, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC, Brasília, 2010.

DÍEZ, A. M. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, V-5, n.1, p.17, jan/jul.2010.

EMÍLIO, S.A. **Grupos e Inclusão Escolar – Sobre laços, amarras e nós.** Editora Paulus, 2015.

FIGENBAUM, J. **Acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível.** Porto Alegre, 2009.

ITAJAÍ, Secretaria Municipal de Educação- Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí (CEMESPI). Instrução Normativa nº 03 de setembro de 2014. Itajaí, 2014

KAILER; P.G.L. da; **O papel do pedagogo em relação à inclusão escolar.** X ANPED SUL, Florianópolis, 2014.

LICHT, F.B; SILVEIRA N. **Celebrando a Diversidade: Pessoas com Deficiência e Direito à Inclusão.** São Paulo, 2010.

MANZINI, E.J. **Acessibilidade uma ponte na legislação para o aprofundamento do tema na área da educação.** In: BAPTISTA, Cláudio Roberto, 2008.

MANZINI, E.J; MONTEIRO, A.P.H. **Mudanças nas concepções do professor em relação a inclusão.** Rev. Bras. Ed. Esp. Jan – Abr, 2008.

MACHADO, R. Salas de Recursos MultifuncionaisInclusão: **Revista da Educação Especial.** Brasília, v.5, n.1, p.58-63, jan./jul.2010.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê?Como fazer?** Coleção Cotidiano Escolar, Editora Moderna, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **O direito à diferença nas escolas – questões sobre inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências.** Revista do Centro de Educação, nº 23, 2004.

\_\_\_\_\_. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos.** Linhas críticas, vol. 13, núm. 24, Universidade de Brasília, Brasil, 2007.

MIRANDA, T.G; GALVÃO F.T.A. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 491p, 2012.

OLIVEIRA; A.S de; LEITE;L.P.**Construção de um Sistema Educacional Inclusivo: um desafio político pedagógico.** Rio de Janeiro, v.15, out/dez, 2007.

RODRIGUES, D. **Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva.** Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília, v.4, n.1, p.33-40, jan./jun.2008.

SIGNORELLI, M. C; MELO,T.R (Org). **Diversidade, Inclusão e Saúde - Perspectivas Interdisciplinares de Ação.** Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.

SILVA, M.O. E da. Inclusão e formação docente. **EccoS: Revista Científica.** São Paulo, v.10, n.2, julho/dezembro, 2008.

WERNECK, C. **Sociedade Inclusiva: Quem cabe no seu todos?** Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.

World Health Organization, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. **Relatório Mundial sobre a deficiência.** São Paulo: SEDPcD, 2012.